

USO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO *ON-LINE* NAS EMBARCAÇÕES DE APOIO MARÍTIMO: Reflexões sobre os efeitos psicológicos nos tripulantes*

Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr, em vez dela, qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade.

Kant (2018)

EDGARD SOBREIRA**

Capitão de Cabotagem

JANAINA MARIA SETTO***

Professora

RAIMUNDA MARIA DE SOUZA MACIAS****

Professora

ROSÂNGELA SAMPAIO GOMES*****

Professora

SUMÁRIO

Introdução
Materiais e métodos
Desenvolvimento
Considerações finais

INTRODUÇÃO

Um dos programas de vigilância para prevenção de acidentes, implantado por algumas empresas de apoio marítimo e pela Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras),

busca reduzir a incidência de acidentes nas operações. Para isso, foram instaladas câmeras de monitoramento *on-line* nas embarcações de apoio marítimo.

A Associação Brasileira de Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) conceitua

* Artigo derivado do Trabalho de Conclusão de Curso para o Curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Náutica (APNT2-2022), realizado pelo Centro de Instrução Almirante Brás de Aguiar (Ciaba).

** Psicólogo, psicoterapeuta em Análise Psico-Orgânica.

*** Corpo docente do Ciaba/Marinha do Brasil. Doutora em Doenças Tropicais/NMT/UFPA.

****Especialista em Educação do Ensino Superior.

*****Corpo docente do Magistério Superior do Ciaba/Marinha do Brasil. MBA em Gestão de Pessoas.

a navegação de apoio marítimo como aquela que confere o apoio logístico para embarcações e instalações, em águas territoriais nacionais e na zona econômica, que atuam nas atividades de pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos. Em julho de 2022, a frota de apoio marítimo em águas brasileiras totalizava 411 embarcações (ABEAM, 2022).

Na busca pela redução de acidentes de trabalho em empresas marítimas, muitas ações foram implementadas, como a implantação de câmeras de monitoramento *on-line* em tempo real nas embarcações de apoio marítimo. Todavia não foi realizado um estudo-piloto que avaliasse a efetividade do aumento na segurança operacional das embarcações, a redução de acidentes de trabalho e os impactos psicológicos e seus efeitos nos trabalhadores embarcados.

Diante disso, observou-se a necessidade de verificar as motivações que levaram as empresas de apoio marítimo a implementarem os programas de vigilância e se ocorre efetivamente a diminuição de acidentes de trabalho que justifique tal aparelhamento. Ademais, torna-se relevante avaliar as consequências psicológicas desse monitoramento para os tripulantes e para as operações a bordo das embarcações.

Sendo assim, o presente estudo possui os seguintes propósitos: avaliar as causas históricas que justificam e respaldam o monitoramento e a intervenção em tempo real, por meio de câmeras *on-line*; e investigar os efeitos psicológicos na saúde mental dos tripulantes decorrentes do uso desse dispositivo.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo utilizou a metodologia de revisão bibliográfica, sendo aplicados limitadores temporais, abrangendo publicações científicas no período entre 2010 e 2022.

Utilizou-se como *site* de busca o Google Acadêmico (Google Scholar), base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), ResearchGate, Bireme, Lilacs e MED, tendo como critério os artigos em inglês e português e como palavras-chaves: “monitoramento de segurança”, “embarcação de apoio marítimo”, “saúde mental” e “profissional marítimo”.

DESENVOLVIMENTO

A Sociedade de Controle

Segurança ou vigilância: histórico

As câmeras instaladas a bordo prestariam um bom serviço como uma caixa-preta. Registrar

iriam as imagens que seriam utilizadas como referência, em caso de algum incidente ou acidente. Contudo não é dessa forma que as câmeras são utilizadas nas embarcações que prestam serviços de apoio marítimo. O presente estudo busca analisar a utilização de câmeras de monitoramento *on-line*, que possuem um operador que pode entrar em contato com as embarcações, intervindo diretamente nas operações por meio de instruções, ordens, observações e admoestações, enviando, ainda, imagens para as companhias solicitando punições e demissões sumárias. O dispositivo de controle se

Torna-se relevante avaliar as consequências psicológicas do monitoramento *on-line* para tripulantes a bordo das embarcações

instala no olhar do observador da câmera e se realiza na intervenção.

Conforme Bruno (2013), problematizar e analisar esses dispositivos de vigilância implica pensar sobre a vigilância enquanto dispositivo, que, de maneira geral, é composto por vários elementos heterogêneos, aquilo que se diz e o não dito, não seguindo propriamente pela via do enunciado linguístico, e se afirma por técnicas e procedimentos. Os dispositivos consistem mais nas redes de relações do que nos seus elementos, em que as posições e as funções possuem mobilidade, um jogo e uma relação de forças variáveis (BRUNO, 2013).

As atuais práticas de vigilância contam com uma imensa e crescente diversidade de tecnologias, discursos, medidas legais e administrativas, instituições e corporações, enunciados e empreendimentos científicos, midiáticos, comerciais e políticos, entre outros. (BRUNO, 2013)

Antes de aprofundar as dinâmicas atuais, vale ressaltar os aspectos recorrentes da história que abordam o exercício da vigilância. Segundo Foucault (2009), essas atividades utilizam-se de três elementos: observação, conhecimento e intervenção. Os modos e as práticas de vigilância podem ser efetuados de várias formas, mas utilizam-se de forma regular, sistemática e focalizada da inspeção dos profissionais, buscando informações sobre processos comportamentais, corporais e psíquicos, entre outros. A segunda característica é a produção de conhecimento sobre os

profissionais observados, permitindo a ação sobre suas subjetividades e seus comportamentos. Neste ponto existe o terceiro fator: a observação e o conhecimento se caracterizam como vigilância apenas dentro da perspectiva de permitir a intervenção direta sobre os indivíduos em foco. Essa intervenção é, acima de tudo, um comando, uma arte de conduzir condutas (FOUCAULT, 2009).

Foucault (2009) inicia o seu livro *Vigiar e Punir* descrevendo cenas terríveis de esquiteamento, em que cada membro de uma pessoa é atado a um cavalo diferente, que puxavam em sentido contrário para desmembrar; ingestão de chumbo derretido; e outras aberrações físicas, que eram o modelo de punição na época, sendo que o enforcamento era a punição mais branda, que ocorria em praça pública, como espetáculo (FOUCAULT, 2009).

Com a peste negra na Europa medieval, as necessidades sanitárias se tornaram importantes para o controle da população: as teorias sanitaristas

começaram a surgir; controle de natalidade; e monitoramento dos moradores de cada casa em relação a quantidade, o que faziam e se estavam doentes; entre outros. Isso acelerou a construção dos manicômios, lugares onde presos políticos, ladrões, mendigos e loucos eram encerrados; e a dor física, a miséria e as mazelas estavam agora banidas da praça pública (FOUCAULT, 1979).

A dor agora passa a ser psíquica, a dor da alma, a culpa, a autopunição em vez da punição expressa. “O castigo deixou de ser uma arte das sensações insuportáveis

“O castigo deixou de ser uma arte das sensações insuportáveis e tornou-se uma economia de direitos suspensos”

Foucault

e tornou-se uma economia de direitos suspensos” (FOUCAULT, 2009). Novas técnicas vieram substituir o patíbulo, e o corpo não era mais o objeto último do seu olhar. Uma nova ciência começa a se impor. Surge um “saber” do corpo, e este saber não está ligado ao conhecimento do funcionamento desse corpo ou sua biologia. Seria o que Foucault (2009) denomina de tecnologia política do corpo, uma ciência que absorve a Microfísica do Poder, suas manifestações e consequências. A época clássica foi marcada pela descoberta do corpo como objeto de poder. “As disciplinas se tornaram, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação” (FOUCAULT, 2009).

Os ideólogos do utilitarismo, nessa época, criaram uma estrutura prisional modelar, o panóptico. Nesse sistema, as celas eram colocadas em torno de uma torre central, onde um observador poderia monitorar, sem ser visto, o comportamento de todos os prisioneiros, resultado da necessidade crescente de controle (BENTHAM, 2000).

O panóptico tinha vários méritos: ali não seria necessária a observação por 24 horas, bastava o preso não saber quando, nem por quem, estava sendo observado. “Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver/ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca se ser visto” (FOUCAULT, 2009). Esse evento simboliza o surgimento da sociedade de controle. Mesmo que o sujeito não seja observado permanentemente, seus efeitos tornam-se constantes, sustentando a relação de poder, não importando quem o exerça, automatizando e desindividualizando o poder, pulverizando o sujeito do poder, que agora não se encontra nas mãos do carrasco. Possui a característica de criar uma aparelhagem de luzes e de olhares, produzindo internamente nos su-

jeitos a relação pela qual eles estão presos (FOUCAULT, 2009).

O deslocamento do foco para o incorpóreo propiciou a mudança da punição no corpo, por meio da dor, para um estado artificial de controle. O sofrimento internaliza-se, não estando mais na carne, não sendo necessário tocar no corpo. O poder vai incidir nas forças, tornando o corpo o alvo de um controle ininterrupto e minucioso, não o controle das massas, um controle generalizado, mas o controle fino de cada ação, perfeito nos detalhes. Esses métodos, que vão tornar os corpos dóceis por meio do controle, podem ser designados como disciplinas. “O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, visando não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que, no mesmo mecanismo, o torna tanto mais obediente quanto mais útil e inversamente” (FOUCAULT, 2009).

Para Foucault (2009), esta modalidade de poder não surge para substituir as outras, mas se insere, intermedia e promove a ligação entre elas, permitindo que os efeitos do poder se tornem mais tênues e que se façam sentir muito mais distantes, de forma subjetiva. “Assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder” (FOUCAULT, 2009).

Neste contexto, a penalidade se insere como uma economia do poder, não apenas reprimindo as ilegalidades ou desvios, mas diferenciando-as, medindo e quantificando sua amplitude. A penalidade é uma forma de gestão, definindo os limites da tolerância, pressionando uns e dando espaço a outros.

E se podemos falar de uma justiça, não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la serve aos interesses de uma

classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação. (FOUCAULT, 2009)

Moldando a subjetividade por meio da punição

Os julgamentos sobre os atos tornam-se aparelhos de dominação, constringendo o sujeito à legalidade, espoliando a liberdade à prescrição e tornando-o vítima ideal do observador ausente, detentor do poder indiscriminado de ser juiz e carrasco, pois, ao mesmo tempo que exige plena obediência, sem possibilidade de contestação, já em sua observação condena a ação em seus mínimos detalhes. À pessoa observada cabe apenas a aceitação da sentença e sentir-se culpada pelo ato, qualquer que tenha sido. Para Foucault (2009), existem três condições para se estabelecer um julgamento: o conhecimento da infração, o conhecimento do responsável e o conhecimento da lei.

“É a própria condenação que marcará o delinquente com sinal negativo e unívoco” (FOUCAULT, 2009). A culpa marca a subjetividade de forma inequívoca, e o sujeito não tem como escapar da sua própria condenação e atuará como seu próprio juiz, exercendo uma monitoração implacável em si mesmo, replicando antes o que as câmeras irão fazer em seguida. Sem possibilidade de escapar ao seu próprio olhar inquisidor, encontrará a exaustão e o estresse. “O homem depressivo é aquele animal *laborans* que explora a si mesmo e, quiçá deliberadamente, sem qualquer coação estranha. É agressor e vítima ao mesmo tempo” (HAN, 2019). Como também descreve Foucault (2009):

E acima dessa distribuição dos papéis se realiza a negação teórica; o essencial da pena que nós, juízes,

infligimos; não creiais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, “curar”: uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores. (FOUCAULT, 2009)

O juiz carrasco está isento da responsabilidade, baseado na autoridade, e pune pela própria existência, inscrito num saber-poder, que condena antecipadamente qualquer distração, impingindo nos culpados uma dor anterior ao crime, antecipatória, oriunda da própria insegurança gerada no questionamento, fragilizando quem deveria estar forte. No olhar ausente do poder existe um vazio onipotente de presença, as lentes das câmeras, um olhar vazio que inscreve no espírito a falta de humanidade de um poder sistêmico e preciso. Perfeito na concepção, pois, em sua não presença, inscreve-se no inconsciente, potencializando-se, questionando os olhares, os gestos, as decisões, na própria concepção do sujeito aprisionado por um poder invisível.

Ledoux (1996) concorda com Freud quando afirma que o inconsciente está abaixo do limiar da consciência e atua antes mesmo da percepção consciente do perigo. Dessa forma, as ameaças detectadas pelo sistema inconsciente produzem ações antecipadas do sistema nervoso autônomo simpático para proteger o organismo, disparando neurotransmissores do estresse, como a adrenalina, dentre outros, produzindo tensões musculares e reações vegetativas, preparando o corpo para luta ou fuga, em que, muitas vezes, o processo consciente não consegue nem se dar conta dos motivos inconscientes de um torcicolo. Via de regra, as reações emocionais são produzidas de maneira inconsciente. “Freud acertou em cheio

ao descrever a consciência como a ponta do *iceberg* mental. Atuando de forma subliminar, o sistema motor produz ações de proteção no organismo quando este se sente ameaçado” (LEDOUX, 1996).

Vigilância: produção de sofrimento

Segundo Cidade (2019), a ideia de gestão, que cada vez mais ganha força e domina as organizações, nada mais é que “outro nome açucarado para panóptico e vigilância”. Esta é uma tendência, “uma peça de ficção”, rígida e equivocada, que está apenas preocupada com os significados (OLIVEIRA; PAULA, 2008). “A expansão da videovigilância, notável nos grandes centros urbanos após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, reorganiza as relações entre segurança e vigilância” (BRUNO, 2013).

Importante denotar que essa prática contínua da monitoração via câmera encontra-se naturalizada como uma necessidade operacional, como se fosse óbvia em si mesma. O exercício de tal dispositivo não desperta repugnância, pois está dissimulado sobre o manto da necessidade operacional. Entretanto cabe ressaltar que tal crença não é respaldada por nenhum estudo mais aprofundado, porém instala-se numa dinâmica operacional lógica sem mensuração das consequências no campo emocional e, por conseguinte, nos resultados operacionais, no que tange à disponibilidade e segurança emocional dos operadores finais nas embarcações.

A partir do século XVI, a utilização do termo “risco” entra nas línguas europeias associada a um novo problema ético (VAZ *et al.*, 2005). A questão ética que se impõe

é a necessidade de uma decisão humana a ser tomada, ou seja, diante de um sofrimento futuro, próprio ao risco, uma decisão precisará ser colocada em prática. Isso é diferente quando existe um simples perigo, que não depende da ação humana necessariamente. A necessidade de uma decisão evoca a questão da responsabilidade em evitar ou não uma ação, mesmo que o acontecimento futuro dependa de uma probabilidade (VAZ *et al.*, 2005).

A capacidade de evitar um sofrimento futuro é apenas provável, não se configurando um fato inevitável. Fazer ou não fazer algo não é garantia de que o sofrimento aconteça ou possa ser evitado. Dentro da visão de risco, a responsabilidade é a mesma, pois o risco condena a decisão.

No contexto da incerteza, fazer ou não fazer algo implica uma decisão, dessa forma surge a responsabilidade pelo que virá, podendo essa responsabilidade ampliar-

-se infinitamente se essa lógica for levada ao infinito. Avesso ao acaso, o conceito de risco será atribuído a uma decisão, sendo possível até supor que nada aconteceria se não houvesse uma decisão ou escolha favorecendo os acontecimentos (VAZ *et al.*, 2005). Mesmo que as ações sejam de responsabilidade do sujeito, isso não lhe confere o controle deste futuro (VAZ *et al.*, 2005).

Quando observada pelo viés da segurança, a lógica do risco permite e evoca a implementação dos diversos dispositivos de vigilância, buscando prever e prevenir os acidentes. Entender a segurança como redução de risco, das mazelas futuras, torna legítimo todo dispositivo de vigilância que deveria conjurar esse futuro projetado.

Entender a segurança como redução de risco torna legítimo todo dispositivo de vigilância

A vigilância se justifica e se naturaliza como uma necessidade operacional, sendo instrumento de proteção das operações, mesmo na ausência de evidência quanto a sua eficácia. A lógica do risco e o sentimento de insegurança por parte das operadoras, em relação às operações das embarcações de apoio marítimo, tornam a videovigilância quase autoevidente ou autolegitimada. Mesmo diante da inexistência de pesquisas que comprovem o vínculo entre videovigilância e redução de acidentes, isso não diminui a implementação e o incremento de tais dispositivos. Pelo contrário, a apropriação do discurso de risco, pelas empresas, supõe que as falhas demandam a ampliação da vigilância.

A associação contemporânea das lógicas do risco, da segurança e da vigilância geram uma circularidade que torna toda falha deste modelo um motivo para ampliá-lo ainda mais. O erro jamais coloca em questão os princípios que lhes são próprios, mas um déficit de conhecimento, de logística ou de tecnologia que deve ser sanado, aprimorando e reforçando o próprio modelo. (BRUNO, 2013)

A evolução do conceito de videovigilância, com seu discurso de legitimação recheado de ambiguidades, a princípio, levava, por parte dos vigiados, uma busca de adequação à norma, evitando as aparências de anormalidade (BRUNO, 2013). Agora, baseado no conceito de risco e consequente olhar para o futuro, o sofrimento evitado nas ações presentes enseja novos sentimentos; “se lá a culpa era o motor afetivo da normalização, aqui a responsabilidade e a incerteza são o motor afetivo da prevenção” (BRUNO, 2013).

A subjetividade e os dispositivos de visibilidade são inseparáveis. As máquinas

de ver produzem novas subjetividades, modos de ser que correspondem aos olhares num jogo de luz e de exposição, presentes nos dispositivos de observação. O foco no detalhe é fruto da inversão da exposição, ou seja, a autoridade antes surgia no centro e era vista por todos, ostentando toda sua glória e poder, e agora o poder se esconde atrás das câmeras, incógnito, enquanto o indivíduo é exposto. As sociedades disciplinares aperfeiçoaram seus métodos, deslocando a visibilidade daqueles que exercem o poder para aqueles subjugados, ainda mais o desviante, o transgressor. Como cita Foucault (2009), a sociedade não se apresenta mais como sociedade do espetáculo, ela se tornou a sociedade da vigilância, com as pessoas se encontrando na máquina panóptica. Tomadas por seus efeitos, elas alimentam e renovam o poder, pois este representa suas engrenagens.

O olho que vê e não pode ser visto está distante da possibilidade de se fazer conhecido, de ser desmascarado nas suas falhas, de incorrer em erros e deslizos. O olho que vê sem ser visto ainda olha, mesmo que não esteja vendo (MILLER, 2000).

Segundo Bentham (2000), o que torna efetivo o caráter da vigilância é a capacidade de ser, que, ao mesmo tempo que é visível, é inverificável. A impossibilidade de verificação da presença real amplia os poderes do olho por detrás das câmeras. É a onipresença daquele que vê sem ser visto. A aparência ultrapassa a realidade quando se consegue um máximo de profissionais sendo vigiados com um mínimo de operadores vigiando (BENTHAM, 2000).

O olhar do outro torna-se o próprio olhar sobre si mesmo, inaugurando um novo campo de observação; a partir do interior, a pessoa passa a se julgar e observar seus pensamentos, seus desejos e suas paixões. Ao ter a superfície devassada

pelos olhares ocultos, perscrutadores dos corpos, gestos, atitudes e comportamentos, há um “desdobramento incorpóreo”, como diz Bruno (2013), uma interioridade também devassada aos olhos julgadores do próprio sujeito.

Somente dessa forma é possível compreender a transformação que se impõe ao sujeito e que é prevista na máquina panóptica: o sofrimento necessário à reforma, não a reforma dos corpos, mas a reforma da alma por meio da culpa; a lógica do poder é fazer sofrer a alma e não o corpo. Em vez de reprimir o indivíduo em sua constituição, cria uma subjetividade que julga a si mesma e que se condena (BRUNO, 2013).

De acordo com Bruno (2013), destacam-se três níveis que separam o observador do profissional observado: num primeiro momento, a autora aborda o campo espacial – por exemplo, a dinâmica do que ocorre nas embarcações está no mar, enquanto o observador está em outro lugar; no segundo, a imagem capturada se inscreve num nível temporal, pois não é apenas o fato de ver o que está em jogo, existe a possibilidade de rever quantas vezes for necessário, recriando o olhar o quanto se desejar, criando um estoque de imagem para um futuro incerto, impreciso (BRUNO, 2013); e, para finalizar, existe o desnível social, estabelecendo uma relação de poder entre o operador da câmera e o profissional marítimo embarcado e exposto a um olhar que, por suas características, o torna impotente diante de sua própria imagem, “que, de algum modo, é confiscada pela câmera” (BRUNO, 2013). As câmeras têm um efeito normativo pragmático e utilitário, em que “parecer normal” é mais decisivo do que “ser normal” (BRUNO, 2013).

Torna-se relevante observar o grau de contrariedade dos profissionais marítimos

submetidos ao arbítrio dos operadores ocultos por trás das câmeras e a falta de compreensão sobre a necessidade operacional deste dispositivo. Não se pode presumir que exista a compreensão por parte de todos esses profissionais, tanto dos que operam as câmeras quanto dos que são vigiados, das tensões que estão em conflito nesse jogo de saber-poder e das consequências no campo emocional e psíquico, em que não existem comprovações de aumento na segurança operacional. As câmeras de monitoramento inscrevem-se mais na perspectiva do controle, sem demonstrar a efetiva redução de acidentes de trabalho, com uma consequente produção de elementos estressores em relação às feridas na autoestima, ligadas ao fato da contínua vigilância e suas intervenções. Essas situações ocasionam sentimentos de raiva e insegurança, desencadeando estresse e, nos casos mais graves, depressão do tripulante, contribuindo para rotatividade desses profissionais e suas consequências na segurança operacional, o que será abordado no próximo tópico.

Neurociência das emoções e o monitoramento: um risco à saúde

O Cérebro Emocional

Ações ameaçadoras, como a exposição contínua aos olhares e às punições, se constituem como uma marca no cérebro. No desenvolvimento deste, a defesa contra as ameaças possui uma prioridade maior que outros estímulos. “Defender-se contra o perigo é talvez a prioridade número um do organismo” (LEDOUX, 1996). Os seres vivos são programados para defender a vida acima de qualquer outra prioridade. Essa programação é automática, produzindo marcas e ações automáticas, ou que foram apreendidas e se tornaram automáticas. Com a evolução,

os seres humanos não lutam em seu dia a dia contra um leão; em seu lugar, a conta de luz, a desaprovação e o não reconhecimento assumiram a representação de ameaças à sobrevivência e estão intrinsecamente ligadas ao cérebro emocional. “O cérebro emocional desempenha uma função decisiva na arquitetura neuronal” (LEDOUX, 1996).

Para Goleman (2011), o cérebro emocional é primitivo. Na evolução, ele surgiu muito antes da existência de um cérebro racional. “Quando estamos sob o domínio de anseios ou fúria, perdidamente apaixonados ou transidos de pavor, é o sistema límbico que nos tem em seu poder” (GOLEMAN, 2011). Para Ledoux (1996), a emoção se expressa no corpo, como expressões fisiológicas e comportamentais que permitiram a sobrevivência em ambientes hostis dos ancestrais da raça humana.

Para ilustrar isso, Willian James (1884), na revista de filosofia chamada *Mind* (Mente), na época em que não existiam revistas de psicologia, publicou um texto intitulado “O que é Emoção?”. Neste, ele coloca uma questão: diante de um urso as pessoas fogem porque sentem medo ou sentem medo porque fogem? Embora pareça óbvia a resposta, James (1884) respondeu que a pessoa sente medo porque foge. Em suas palavras: “Minha tese, pelo contrário, sustenta que as mudanças corporais decorrem diretamente da percepção do fator estimulante, e que nossa sensação das mesmas mudanças no momento em que ocorrem é a emoção” (JAMES, 1884).

Segundo James (1884), o fato de fugirmos deflagra avalanche de sensações corporais, batimentos cardíacos aumentados e pressão sanguínea aumentada, entre outras profundas alterações fisiológicas, sendo essas sensações as que dão origem ao sentimento. Se a atitude

fosse confrontar o urso, outras alterações fisiológicas se apresentariam, e outro sentimento seria percebido.

Ainda sobre o urso de James (1984), LeDoux (1996) comenta que as respostas fisiológicas retornaram ao cérebro como sensações físicas num padrão de *feedback* sensorial:

O aspecto mental da emoção, o sentimento, é escravo de sua fisiologia, e não o contrário: não trememos porque sentimos medo, nem choramos porque estamos tristes; sentimos medo porque trememos e ficamos tristes porque choramos. (LEDOUX, 1996)

LeDoux (1996) esclarece que existe um sem-número de funções de processamento de informação que são funções cognitivas, mas que ocorrem abaixo do limiar da consciência, processando informações e possibilitando respostas automáticas de defesa.

Conforme LeDoux (1996), a amígdala pode assumir o controle das ações. Enquanto o cérebro pensa, o neocórtex ainda está avaliando a situação, a amígdala já iniciou o processo de defesa do organismo. Na arquitetura cerebral, a amígdala age como um alarme, enviando mensagens urgentes e disparando secreções hormonais para lutar ou fugir. Simultaneamente, sistemas da memória cortical serão investigados, numa busca de conhecimento relevante para a emergência que se apresenta; essa ação tem prioridade e passa por cima de outros pensamentos. A amígdala recruta outras áreas de todo o cérebro, assumindo e dirigindo grandes partes dele, inclusive a mente racional (LEDOUX, 1996).

A pesquisa de LeDoux (1996) provoca uma revolução, esclarecendo os circuitos cerebrais, pois a opinião clássica descreve

que os sinais eram enviados para o neocórtex, onde teriam seu significado classificado, sendo reconhecidos pelo cérebro e, de lá, enviados para o cérebro límbico, que transmitia a resposta apropriada pelo cérebro para o resto do corpo. Sabe-se que esse funcionamento se dá dessa forma em grande parte do tempo. A descoberta de LeDoux (1996) é que existe um pequeno feixe de neurônios que seguem diretamente do tálamo para a amígdala, um atalho que garante à amígdala informações antes que sejam plenamente registradas pelo neocórtex. A amígdala pode iniciar uma resposta emocional por meio do circuito de emergência, e o neocórtex é mais lento, entretanto ele está mais bem informado e pode traçar planos mais refinados.

Conforme Damásio (2012), não se pode dissociar o cérebro humano do resto do corpo, pois eles formam um conjunto totalmente integrado por circuitos bioquímicos e neurológicos, que se encontram em completa interação. Isso faz com que a relação do ser humano com o meio ambiente não seja exclusivamente do corpo e nem do cérebro. Aquilo que denominamos “mente” são derivações desse conjunto estrutural e funcional, não apenas do cérebro (DAMÁSIO, 2012). Só é possível compreender os fenômenos mentais no contexto da interação desse organismo complexo com o ambiente que o rodeia. “O fato de o ambiente ser, em parte, um produto da atividade do próprio organismo, apenas coloca ainda mais em destaque a complexidade das interações que devemos ter em conta” (DAMÁSIO, 2012).

É por meio dos sentimentos que é possível saber o que se passa no corpo. Os objetos e as imagens que são justapostos aos estados emocionais ficam marcados, e os sentimentos alteram a percepção desses objetos devido à sincronicidade dos

eventos; as imagens que a pessoa possui do corpo confere às outras imagens, seja de objeto, cor, som ou situação, uma qualidade positiva ou negativa, alegria ou sofrimento (DAMÁSIO, 2012).

Mas, em virtude de suas ligações inextricáveis com o corpo, eles surgem em primeiro lugar no desenvolvimento individual e conservam uma primazia que atravessa sutilmente toda a nossa vida mental. Como o cérebro é o público cativo do corpo, os sentimentos são os primeiros entre iguais. E, dado que o que vem em primeiro lugar constitui um quadro de referência para o que vem a seguir, eles têm sempre uma palavra a dizer sobre o modo de funcionamento do resto do cérebro e da cognição. Sua influência é imensa. (DAMÁSIO, 2012)

Conforme Damásio (2012), quando estados corporais negativos permanecem presentes por um longo período, repetem-se com frequência, ou mesmo quando o estado do corpo é negativo de forma persistente, como numa depressão, a eficiência do raciocínio é afetada.

Estar exposto a um monitoramento regular implica ameaça constante de ser reprovado, criando uma atitude de defesa e, sendo constante, um automatismo impotente diante do olhar inquisidor de um outro invisível.

Repare que, para se provocar uma resposta do corpo, não é sequer necessário “reconhecer” o urso, a cobra ou a águia, como tal ou saber exatamente o que provoca a dor. Basta apenas que os córtices sensoriais iniciais detectem e classifiquem a característica ou características-chave de uma determinada entidade (isto é, animal, objeto) e que

estruturas como a amígdala recebam sinais relativos à sua presença conjuntiva (DAMÁSIO, 2012).

O estresse que se desenvolve nessas situações de monitoramento é fruto da produção regular de adrenalina e neurotransmissores do estresse diante da situação de estar exposto às câmeras. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2012), o estresse é uma resposta que o organismo desenvolve em relação a determinados estímulos que representam circunstâncias súbitas ou ameaçadoras.

É importante destacar que, nas embarcações de apoio marítimo que possuem o monitoramento *on-line* em tempo real, a situação de desconforto que o tripulante sofre ao ser desautorizado por um telefonema, que pode acontecer a qualquer momento, em qualquer ocasião, é uma situação constrangedora de questionamento da sua idoneidade e sua

capacidade profissional. Esse saber constante entra na composição dos quadros estressantes do trabalho nessas embarcações.

A questão que se impõe observar é que o tipo de estresse a que os tripulantes de embarcações de apoio marítimo estão submetidos não é de curta duração. Eles são expostos a um trabalho que os mantém afastados do convívio renovador da sociedade, enfrentando condições climáticas adversas, tendo que lidar com riscos à própria vida, rotina com as documentações e turno de 12 horas de trabalho. O sono e sua qualidade são prejudicados, o trabalho noturno ou mesmo a condição de mar, com balanços e caturros da embarca-

ção, não permitem o descanso em muitas ocasiões. Somado a todas estas condições estressantes, o fato mais marcante e que deve ser considerado é o sentimento de desrespeito à sua dignidade, e a contrariedade advinda deste fato destrói o orgulho profissional e detona a autoestima, produzindo orgulho ferido e raiva.

A pesquisa de Zilmann (1993), “Mental Control of Angry Aggression”, *in* Wegner e Pennbaker (1993), esclarece as raízes da raiva como opção para “lutar”. Na relação entre lutar ou fugir, o nosso sistema autônomo prepara as condições corporais por meio de hormônios específicos, como adrenalina e cortisol. Zilmann (1993) descobre que o disparador

universal da raiva é a sensação de estar em perigo. Sabe-se que o perigo percebido não está apenas relacionado a ameaças físicas diretas, mas, de forma mais frequente, a “uma ameaça simbólica à autoestima ou à dignidade: tratamento

injusto ou grosseiro, insulto, humilhação e frustração na busca de um objetivo” (LEDoux, 1996).

O monitoramento e a possibilidade de ter suas ações questionadas por pessoas que não são reconhecidas dentro do saber são feridas à autoestima e à dignidade e representam uma ameaça. A raiva colocará o marítimo exposto a uma atitude constante de reatividade e de luta, sendo cronicamente inundado por hormônios do estresse, tendo sua eficiência minada e suas respostas às diversidades comprometidas. Isso leva o estudo a questionar o fato de ser esse monitoramento e controle uma das causas do aumento

O monitoramento e a possibilidade de ter suas ações questionadas por pessoas que não são reconhecidas dentro do saber representam uma ameaça

dos acidentes e não decréscimo, como querem fazer parecer algumas empresas que dele se utilizam para reprimir e controlar seus funcionários.

A depressão é o estágio que vem a seguir. Devido à constância e à falta de possibilidade de se evadir dessa condição, o corpo atinge um estágio de inação. A origem da depressão está no cérebro, e tristeza, mau humor ou desânimo são manifestações de uma profunda modificação química que está acontecendo no funcionamento cerebral (CMAJ, 2009).

As emoções negativas são normais, a diferença é que na depressão o cérebro não consegue modular essa emoção negativa e desviar a atenção para outras emoções menos nocivas, permitindo que a vida continue sem sofrimento. A pessoa entra num estado de humor negativo, a tristeza toma conta e não é possível modificar esse estado. As regiões cerebrais responsáveis por emoções negativas tomam conta do todo e possuem um importante papel na depressão, reduzindo a produção dos níveis de neurotransmissores, como a serotonina e noradrenalina (CMAJ, 2009).

De acordo com Han (2019), as enfermidades como depressão ou síndrome de *Burnout* estão ligadas a uma profunda crise da liberdade. Representam um sinal patológico dos tempos atuais, em que a liberdade se transforma em coação (HAN, 2019).

Em seu livro *Sociedade do Cansaço*, Han (2019) propõe um novo paradigma para a atualidade. “Os equipamentos que dão visibilidade produziram uma evolução no controle” (HAN, 2019). A necessidade de mostrar produtividade encontra-se internalizada, e o sujeito torna-se competidor contra si mesmo, com necessidade de produzir para além e demonstrar eficiência a todo custo.

Os indivíduos dessa sociedade não são conhecidos mais como “sujeitos da obediência”, mas “sujeitos do desempenho e produção”, empresários de si mesmos. Segundo Han (2019), os muros internalizaram-se, não estão do lado de fora como na sociedade disciplinar.

Com relação à depressão, Damásio (2012) aponta que o pensamento se dá por meio da produção de imagens; nas sensações de júbilo existe uma criação rápida de múltiplas imagens, observando-se que as associações são ricas e com grande variedade de indícios existentes nas imagens examinadas. Por outro lado, a tristeza acompanha um diferente modo cognitivo, que se caracteriza pela lentidão em produzir imagens, poucas associações, inferências limitadas e menos eficientes. As imagens permanecem na mente e produzem uma concentração exagerada sobre elas, principalmente as que trazem uma reação emocional negativa, inibição motora e pouco apetite e nenhum comportamento exploratório. A expressão máxima desse modo cognitivo é a depressão (DAMÁSIO, 2012).

Pode-se compreender que, quanto mais próximas da infelicidade, da raiva e da exaustão, as possibilidades criativas tendem a diminuir; o estímulo e a boa prática darão lugar à falta de cuidado e de critério, mas é no detalhe que os quase acidentes marcam seu progresso implacável até o acidente de fato.

A solução encontrada por grande parte dos profissionais é sair, trocar de empresa, buscar outras colocações no mercado e dar um tempo. Segundo Gonzaga (1998), “para todos os indicadores de rotatividade que são passíveis de comparação, o Brasil apresenta números entre os mais elevados do mundo”. A rotatividade de profissionais, que afeta diretamente os investimentos realizados em treinamen-

tos, e a adaptação de novos tripulantes às características de cada embarcação comprometem a formação de equipes com alto desempenho e a segurança operacional. Observa-se, ainda, que cada embarcação possui características próprias e detalhes operacionais que só são apreendidos no desempenho diário da atividade.

Das lentes das câmeras jamais surgirá o reconhecimento, isso não é esperado. Aqueles seres invisíveis, que estão observando por trás das câmeras, buscam o erro, apontam a falha e, em silêncio, evocam no profissional o ser perfeito que ele jamais conseguirá ser. Em silêncio, destroem toda possibilidade de dignidade, diante do fracasso de ser quem se é, e se admirar por isso, só restando a sobrevivência dos condenados ao jugo dos inquisidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa não encontrou nenhum dado relativo a estudos que justificassem a implementação do sistema de monitoramento com intervenção por parte dos operadores das câmeras instaladas nas embarcações de apoio marítimo. Por meio da análise histórica do início da sociedade de controle, este estudo infere que a justificativa da instalação desses

dispositivos de controle decorre de uma linguagem de saber/poder destinada a controlar e submeter o profissional das embarcações de apoio marítimo. Esses dispositivos de controle se inserem por um não comprovado discurso ligado à segurança, mas que na realidade tem perseguido e punido os profissionais que estão submetidos obrigatoriamente a este controle.

As punições advindas do controle, o cerceamento das espontaneidades e a investigação anterior aos fatos produzem um estado de insatisfação e raiva no profissional, devido à impotência diante de um sistema de monitoramento e intervenção constante e parcial. Os efeitos psicológicos que surgem produzem um decréscimo na capacidade de ação do profissional e, devido às ameaças de reprovação, ao autovalor e à dignidade, constroem um profissional regredido e enfraquecido diante das necessidades de agir imediatamente nas atribuições de sua função. Dessa forma, este estudo observa que os dispositivos de controle prestam um desserviço à segurança, e a câmera como caixa-preta é um acréscimo; entretanto o custo do estresse produzido pelas intervenções e punições tende a tornar as operações mais inseguras no médio prazo.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ADMINISTRAÇÃO>; Precauções de Segurança; Segurança;

<ATIVIDADES MARINHEIRAS>; Precaução de Segurança;

<PESSOAL>; Marítimo;

<PODER MARÍTIMO>; Marinha Mercante; Segurança; Segurança da Navegação; Segurança no Mar;

<PSICOSSOCIAL>; Comportamento; Psicologia;

<SAÚDE>; Estresse;

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE APOIO MARÍTIMO (ABEAM). “Frota de Embarcações de Apoio Marítimo no Brasil”. Julho, 2022. Disponível em: <http://www.abeam.org.br/arquivos/1664305162.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.
- BENTHAM, J. “O panóptico ou a casa de inspeção”. In: SILVA, T.T. (Org). *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. “Estresse”. Novembro, 2012. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/estresse/>. Acesso em: 30 set. 2022.
- BRUNO, F. *Máquinas de Ver, Modos de Ser*: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CIDADE, D. F. “Comunicação Pública e as Agências Reguladoras Brasileiras: aproximações (im) possíveis”, 2019. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/15419/1/000495537-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.
- DAMÁSIO, A. *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 23ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 37ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GOLEMAN, D. *Inteligência emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2011.
- GONZAGA, G. “Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil”. *Revista de Economia Política*, v. 18, n.1, pp. 120-140, jan./mar., 1998.
- HAN, B. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- JAMES, W. “What is an emotion?” *Mind* 9, pp. 188-205, *Oxford Journals*, 1884. Disponível em: https://emotion.wisc.edu/wp-content/uploads/sites/1353/2020/11/James_1884_What_is_an_Emotion.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.
- KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Edição eletrônica. Tradução: Inês A. Lohbauer. São Paulo: Martin Claret LTDA, 2022.
- LEDOUX, J. *O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 1996.
- MILLER, J. A. “A máquina panóptica de Jeremy Bentham”. In: SILVA, T. T. (Org). *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- OLIVEIRA, I. L.; PAULA, C. F. C. “Comunicação no contexto das organizações: produtora ou ordenadora de sentidos?” In: OLIVEIRA, I. L. de; SOARES, A. T. N. (Orgs.). *Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações*. São Caetano do Sul: São Paulo, 2008.
- VAZ, P.; CARVALHO, C; POMBO, M. *Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário de crimes*. Brasília: E-Copós, Eletrônica, v. 4, pp. 1-22, 2005.